



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº404

Feito : Processo Nº1385/92-TCE/AC

Relator : Conselheiro VALMIR GOMES RIBEIRO

Assunto : AUDITORIA NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SENADOR GUIOMARD, EXERCÍCIO DE 1992.

Auditoria na Prefeitura do Município - de Senador Guiomard, exercício de 1992.

Contratações sem prévio concurso público - ilegalidade

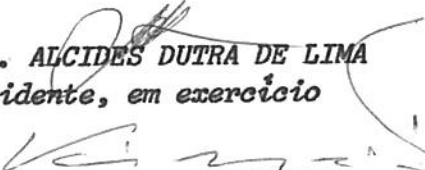
Concurso Público sem a devida observância à Legislação Pertinente.


Apensamento do Processo de Prestação - de Contas mesmo exercício.

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo Nº1385/92-TCE/AC**, supra mencionado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, sem discrepância de voto, acolher, em sua totalidade, o voto do Conselheiro Relator, parte integrante que, consubstanciado no Parecer do MPE, concluiu por considerar ilegal a contratação de pessoal sem prévio concurso público e, ilegal ainda, o concurso público sem a devida observação à legislação pertinente; pela anulação dos atos em epígrafe, assinalando o prazo de 30 dias para o efetivo cumprimento das determinações desta Corte, apensando-se o feito ao processo de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Senador Guiomard, exercício de 1992, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Isnard Bastos Barbosa Leite e Hélio Saraiva de Freitas, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desta Corte de Contas.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 27 de maio de 1993.


Cons. ALCIDES DUTRA DE LIMA
Presidente, em exercício


Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO
Relator

Fui presente:


MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA

Procurador do Ministério Público Especial

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

no publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N. 6.063

d 05 / 07 / 1883 fls. 13

Secretaria do Plenário

Cons. AUGUSTO BUIARDI DE LIMA

Presidente em exercício

Cons. VALMIR CORREIA FARIAS

Relator

Int. Presidente

MÁRIO SÉRGIO WEHRE DE OLIVEIRA

Procurador-Chefe do Ministério Público do Estado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 1.385/92

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Auditoria na Prefeitura do Município de Senador
Guimard, exercício de 1992.

RELATÓRIO: Trata o processo, em exame, de Auditoria realizada no Poder Executivo do Município de Senador Guimard, abrangendo o período de janeiro a setembro de 1992, tendo como ordenador de despesas, à época, o Prefeito Edilo Rodrigues Ferreira, e cujo trabalho de auditoria coube aos Técnicos deste TCE/AC, **João Manoel de Souza Mendes, Luzeni da Silva Cavalcante e Adelgundes da Silva Carvalho**, que aprensam o Relatório Técnico às fls. 07/21.

Da análise procedida pelos Senhores Técnicos, disparam como mais grave a não obediência do estatuído no DL. 2.300/86, em relação as licitações, remuneração de pessoa não contratada, realização de concurso público e admissões de pessoal ilegais.

Remetido os autos ao MPE, sobreveio o lúcido parecer de nº 458, tendo como signatário o ilustre Procurador Mário Sérgio Neri de Oliveira, fls. 106/107.

É o relatório.

Rio Branco-Acre em, 24 de maio de 1993.


Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 1.385/92

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Auditoria na Prefeitura do Município de Senador
Guimard, exercício de 1992.

CONCLUSÃO E VOTO: Visto, analisado e discutidos o presente processo, e no que pese o Relatório Técnico, dele observa-se irregularidades e ilegalidades gritantes, que carecem sejam imediatamente sanadas pela atual administração, a fim de que não venham se perpetuarem nas administrações vindouras.

Diante das irregularidades e ilegalidades apuradas, merece destaque as seguintes, e urgem por sua regularização:

1. Pagamento de salário indevido à Sra. **Marly Cunha Queiroz**, no cargo de servente, sem que a mesma tenha contrato de trabalho formalizado com a Prefeitura;

2. Contratação **ilegal** do servidor **Lucimar da Silva Viana**, no cargo de motorista, contratação essa, feita com data retroativa, ou seja 07.03.90, que na realidade, passou a receber seus vencimentos a partir de março de 1992, após um interstício de 02 (dois) anos;

3. Realização de Concurso Público ilegal, objeto do Edital nº 001/92, publicado no jornal "A Gazeta", nos dias 25,26,27 e 28 de abril de 1992, cujo concurso contém **vícios insanáveis**, pois contraria frontalmente a Constituição Federal e Estadual em seus arts. 37 e 27, respectivamente, bem como a Lei Orgânica do Município, quando inadvertidamente foi estipulado pelo referido edital, que o período de inscrições dos candidatos ao concurso se daria nos dias 27,28 e 29 de abril, portanto 03 (três) dias apenas, contrapondo-se ao critério legal, consagrado no art. 86 da Lei Orgânica, verbis:

"Art. 86 - Os concursos públicos para preenchimento de Cargos, Empregos ou Funções na Administração Municipal, não poderão ser realizados antes de corrido 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições, as quais deverão estar abertas pelo menos 15 (quinze) dias."
(grifo nosso).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

fls.02.

Ora, admitir-se o contrário, como foi o caso em tela, é constituir ilegalidade óbvia, não tendo outro caminho a seguir se não tornar nulo de pleno direito e sem efeito, qualquer ato daí decorrente, por desobediência à norma legal.

Se não bastasse isso, vê-se mais gritante ainda, que as provas do Concurso Público, foram realizadas nos dias 16 e 17 de maio, portanto, 16 (dezesseis) dias apenas do encerramento das inscrições, ferindo frontalmente o art. 86, da supramencionada lei, que estipula 30 (trinta) dias.

Observa-se ainda, que pelo mencionado no edital do concurso, as nomeações dos candidatos aprovados obedeceria rigorosamente a ordem de classificação, entretanto foi flagrante a nomeação de candidatos com menor número de pontos em detrimento daqueles que obtiveram melhor classificação.

As ilegalidades não pararam por aí, pois o mesmo edital menciona que "os cargos de servente, vigia e motorista não terá realização de provas escritas mas apenas entrevistas,"contrariando frontalmente a nossa Lei maior em seu art. 37-II.

Face ao exposto, e consubstanciado no duto parecer do MPE, concluo **votando**, por considerar ilegal a contratação da servidora **Marly Cunha Queiroz**, assim como do Servidor **Lucimar da Silva Viana**, e ilegal ainda, o Concurso Público, objeto do edital nº 001/92, bem como as admissões dele decorrentes, por conter **vícios insanáveis**, devendo a atual Administração proceder a devida anulação nos termos da lei, assinalando-se o prazo de 30 dias para seu efetivo cumprimento, e ainda comunicando-se os fatos à Câmara Municipal de Senador Guiomard, e que seja o presente feito apensado à Prestação de Contas da aludida Prefeitura, exercício de 1992, e de tudo dando-se ciência a esta Corte de Contas.

É a minha manifestação e meu voto, Senhor Presidente.

Sala das Sessões em, 27 de maio de 1993.